



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 189/2022

Florianópolis, 30 de junho de 2022.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto contendo as Alterações 4.534 e 4.535 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

A Alteração 4.534 internaliza o Convênio ICMS 4/22, que altera o Convênio ICMS nº 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Destaca-se que o § 1º do art. 99-A da Lei nº 10.297/1996 dispõe que as “reclassificações, os agrupamentos e os desdobramentos dos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou de outra convenção de categorização de mercadorias que vier a ser adotada não implicam mudanças no tratamento tributário dispensado pelos convênios às mercadorias e aos bens classificados nos referidos códigos, podendo ser regulamentados por decreto do Chefe do Poder Executivo”, dispensando a necessidade de lei para tratar do assunto.

Ademais, o regime de substituição tributária não constitui benefício fiscal.

A Alteração 4.535 internaliza o Convênio ICMS 98/21, que altera o Convênio ICMS nº 140/01, que concede isenção do ICMS nas operações com medicamentos, apenas alterando os códigos NCM/SH.

Como já ressaltado, o § 1º do art. 99-A da Lei nº 10.297/1996 dispensa a exigência de lei para tratar desse tema.

Por fim, quanto à vedação prevista no art. 73 da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, cabe informar, relativamente ao aspecto jurídico-tributário, que esta Minuta não dispõe sobre a concessão de benefício fiscal.

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado
Florianópolis/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 189/2022

Respeitosamente,

Paulo Eli
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA															
RICMS/SC-01, Anexo 1-A, Seção XXV	Alteração 4.534																
<p style="text-align: center;">Seção XXV</p> <hr/> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CEST</th><th>NCM</th><th>Descrição</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>26.001.00</td><td>8711</td><td>Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais</td></tr> </tbody> </table>	CEST	NCM	Descrição	26.001.00	8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais	<p style="text-align: center;">"Seção XXV</p> <hr/> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CEST</th><th>NCM</th><th>Descrição</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>26.001.00</td><td>8711</td><td>Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral, exceto os classificados no CEST 26.001.01; carros laterais. (Convênio ICMS 4/22)</td></tr> <tr> <td>26.001.01</td><td>8711</td><td>Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) com propulsão de motor elétrico auxiliar assistido pela força humana. (Convênio ICMS 4/22)</td></tr> </tbody> </table> <p>"(NR)</p>	CEST	NCM	Descrição	26.001.00	8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral, exceto os classificados no CEST 26.001.01; carros laterais. (Convênio ICMS 4/22)	26.001.01	8711	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) com propulsão de motor elétrico auxiliar assistido pela força humana. (Convênio ICMS 4/22)	<p>A Alteração 4.534 internaliza o Convênio ICMS 4/22, que altera o Convênio ICMS nº 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.</p> <p>Destaca-se que o § 1º do art. 99-A da Lei nº 10.297/1996 dispõe que as "reclassificações, os agrupamentos e os desdobramentos dos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou de outra convenção de categorização de mercadorias que vier a ser adotada não implicam mudanças no tratamento tributário dispensado pelos convênios às mercadorias e aos bens classificados nos referidos códigos, podendo ser regulamentados por decreto do Chefe do Poder Executivo", dispensando a necessidade de lei para tratar do assunto.</p> <p>Ademais, o regime de substituição tributária não constitui benefício fiscal.</p>
CEST	NCM	Descrição															
26.001.00	8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais															
CEST	NCM	Descrição															
26.001.00	8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral, exceto os classificados no CEST 26.001.01; carros laterais. (Convênio ICMS 4/22)															
26.001.01	8711	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) com propulsão de motor elétrico auxiliar assistido pela força humana. (Convênio ICMS 4/22)															
RICMS/SC-01, Anexo 2, Art. 2º	Alteração 4.535																
Art. 2º	"Art. 2º	A Alteração 4.535 internaliza o Convênio ICMS 98/21, que altera o Convênio ICMS nº 140/01,															

<p>XLVIII –</p> <p>.....</p> <p>f) à base de cloridrato de erlotinibe... NBM/SH-NCM 3004.90.69 (Convênios ICMS 120/06 e 62/09);</p> <p>.....</p>	<p>.....</p> <p>XLVIII –</p> <p>.....</p> <p>f) à base de cloridrato de erlotinibe - NCM/SH 3003.90.78 e 3004.90.68 (Convênio ICMS 98/21);</p> <p>.....” (NR)</p>	<p>que concede isenção do ICMS nas operações com medicamentos, apenas alterando os códigos NCM/SH.</p> <p>Como já ressaltado, o § 1º do art. 99-A da Lei nº 10.297/1996 dispensa a exigência de lei para tratar desse tema.</p> <p>Por fim, quanto à vedação prevista no art. 73 da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, cabe informar, relativamente ao aspecto jurídico-tributário, que esta Minuta não dispõe sobre a concessão de benefício fiscal.</p>
--	---	---